

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

Special education: a state of knowledge of master theses from the Graduate Course in Education of the Federal University of Tocantins/Palmas

Braynna Aretusa Fonseca da Silva
Jonathas Alencar Marques
Carmem Lucia Artioli Rolim
Universidade Federal do Tocantins- UFT
Palmas - Brasil

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa vinculada ao Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia, o qual desenvolve ações integradas para qualificar a formação na pós-graduação em educação. O estudo teve como objetivo mapear o estado do conhecimento sobre educação especial, por meio de pesquisa bibliográfica, a partir das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no período de 2014 a 2019. Foram identificadas 13 dissertações que contemplaram o tema da educação especial. A análise evidenciou a heterogeneidade que a educação especial é tratada, sob diversas perspectivas sendo relacionadas à inclusão, formação de professores, políticas públicas, matemática, educação hospitalar e educação indígena. Verifica-se que a discussão sobre o tema no programa ainda é inicial e que existe a necessidade de novas discussões.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; Estado do Conhecimento.

Abstract

This paper results from a research linked to the Academic Cooperation in the Amazon Program, with the intention of developing integrated actions to analyze the quality of the education in graduate courses. This study aimed to map the state of knowledge about special education, through bibliographic research on master thesis presented to the Graduate Course in Education of the Federal University of Tocantins (UFT), campus Palmas, in the period from 2014 to 2019. Our search found 13 theses addressing the theme of special education. The analysis showed that the special education is considered in a heterogeneous way, with different perspectives related to inclusion, teacher training, public policies, mathematics, hospital education and indigenous education. It is clear that the study of special education in this Graduate Course is still incipient and that there is a need for more discussions and studies on such theme.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; State of Knowledge.

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

Introdução

O presente estudo resulta de uma pesquisa vinculada ao Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD – Amazônia) que, por meio do seu projeto, desenvolve ações para qualificar a formação na pós-graduação. O projeto tem como instituições parceiras a Universidade do Estado do Pará, responsável pelo desenvolvimento, a Universidade Federal do Tocantins e a Universidade Federal do Rio Grande de Norte.

Todas as instituições são integradas por meio dos seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, além disso, sua área de concentração é a educação. No caso específico da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o programa de pós-graduação “destina-se a pesquisas sobre as questões epistemológicas da formação docente, as práticas educativas abrangendo em sua análise multidimensional sociedade, Estado e currículo” (UFT, 2013, [online]) dividido em duas linhas de pesquisa – Currículo, formação de professores, saberes docentes; e Estado, sociedade, práticas educativas. Desse modo, abrange diferentes áreas do conhecimento e especificidades educacionais o que envolve estudos que tenham como objeto de pesquisa a educação especial.

Inicialmente, é relevante distinguir educação inclusiva e educação especial, visto que os dois conceitos se apresentam em nosso estudo.

Vale ressaltar que, talvez por conta das atuais políticas educacionais, vem sendo criada uma falsa dicotomia entre Educação Inclusiva e Educação Especial, como se o advento de uma representasse a descontinuidade da outra [...]. Na realidade, entretanto, ocorre justamente o contrário. Em um sistema educacional inclusivo torna-se fundamental a especificidade da experiência em processos diferenciais de aprendizagem da Educação Especial, tanto como campo de conhecimento quanto como área de atuação aplicada (GLAT; BLANCO, 2007 *apud* GLAT; PLETSCHE, 2010, p. 349-350).

Assim, para fins deste estudo, tomamos por base o conceito de Educação Especial expresso no artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o qual postula: “a modalidade de educação escolar, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Isso constitui um reforço do que já havia sido garantido no artigo 53, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O documento intitulado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008), que foi entregue ao ministro da educação Fernando

Haddad, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, corrobora com essa definição:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 11).

Assim, estabelecemos como objetivo geral mapear o estado do conhecimento sobre educação especial, a partir das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* Palmas, no período de 2014 a 2019.

Entendemos que a pesquisa se justifica diante da necessidade de analisar a produção científica de um programa de graduação em educação, principalmente, sobre a educação especial, e identificar lacunas existentes. Assim, agrupamos o maior número de resultados e conclusões sobre a temática estudada a fim de que seja divulgado para a comunidade acadêmica em geral o que já foi produzido pelo PPGE/UFT *campus* Palmas.

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (PPGE/UFT) tem como objetivos formar profissionais qualificados para a área da Educação que desenvolvam pesquisas relacionadas à formação docente e práticas educativas no contexto multidimensional que abrange sociedade, Estado e currículo, bem como produzir conhecimento multidisciplinar por meio da pesquisa no campo educacional. O curso de mestrado acadêmico destina-se a formar mestres em educação com os saberes necessários à prática docente e investigativa, capazes de analisar a educação como fenômeno em suas múltiplas inter-relações sociais, culturais e políticas (UFT, 2013, [online]).

Com esse direcionamento organizamos o estudo em quatro etapas: *a introdução*, que tratou do lugar onde buscamos as falas, bem como delimitamos o objeto de investigação; *procedimentos metodológicos*, no qual apontamos a metodologia empregada na pesquisa; *Educação especial e educação inclusiva: o que dizem as dissertações?* Momento no qual apresentamos e discutimos as produções encontradas; e *as considerações finais* que busca retomar e responder ao objetivo do estudo.

Procedimentos Metodológicos

No que diz respeito à metodologia, trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, de abordagem qualitativa, com técnicas de análises de conteúdo no escopo do estado do conhecimento. Do ponto de vista de Morosini (2015, p. 102), no Brasil, a consolidação da

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

produção científica sobre educação é ainda insipiente, identificando-se um crescente esforço dessa área na construção de estados de conhecimento.

Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levam a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2015, p. 102).

Assumimos a pesquisa descritiva, uma vez que não pretende modificar a realidade estudada. “Pode-se dizer que ela está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los” (VIEIRA, 2002, p. 65). É também de cunho bibliográfico e de abordagem qualitativa e utiliza a análise de conteúdo como técnica para obter e interpretar os dados.

A análise de conteúdo, atualmente, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais e não verbais). Quanto à interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise. Jamais esquecendo, do rigor e da ética, que são fatores essenciais. (FREITAS, CUNHA, MOSCAROLA, 1997 *apud* SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 3).

Com esse direcionamento, o objeto de estudo em análise são as dissertações produzidas pelo PPGE/UFT (mestrado acadêmico) no período de 2014 a 2019, em singular as que tratam da educação especial.

O texto referido constitui o que se convencionou denominar de *dissertação de mestrado*. Supõe, pois, um trabalho relativamente simples, expresso num texto logicamente articulado, ou, como se diz em linguagem corrente, que tem começo, meio e fim, dando conta de um determinado tema. De fato, dissertar significa discorrer, expor, abordar determinado assunto (SAVIANI, 2006, p. 154).

Assim, seguimos os passos indicados por Bardin (1977) realizando a pré-análise em todas as suas etapas: primeiro, fizemos as leituras flutuantes para conhecer melhor as dissertações.

Desse modo, no mês de janeiro do corrente ano, realizamos o download de todas as dissertações do repositório do PPGE da UFT (mestrado acadêmico) *campus* Palmas que foram defendidas nos anos de 2014 até 2020, totalizando setenta (70) dissertações.

Posteriormente, verificamos os descritores “educação especial” e/ou “educação inclusiva”, obedecendo às regras da exaustão, representatividade, homogeneidade e pertinência, indicadas por Bardin (1977). Com essa verificação, foram selecionadas dezessete (17) dissertações das turmas de I a VI entre os anos de 2014 e 2019.

Após essa fase, em correspondência com os critérios de inclusão pré-estabelecidos, iniciamos a aplicação dos critérios de exclusão das dissertações que tiveram como resultado:

- A. descritores citados apenas relativos à especialização ou formação de algum participante da pesquisa;
- B. descritores somente nas referências bibliográficas como títulos de livros e/ou trabalhos acadêmicos;
- C. descritores apareciam só em nota de rodapé ou que foram citados poucas vezes no corpo do texto.

Depois desse refinamento, selecionamos treze (13) dissertações, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Quantitativo de descritores nas dissertações por turma

Descritores	Turmas							Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	
Educação Especial	1	2	2	2	4	2	0	13
Educação Inclusiva	1	1	2	2	3	2	0	11

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores. 2021.

De acordo com o quadro 1, de um total de setenta (70) dissertações defendidas entre 2014 e 2020 pelas sete turmas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins, *campus* Palmas, treze (13) dissertações citaram o descritor “educação especial”, e onze (11) citaram o descritor “educação inclusiva”, sendo que todas as dissertações que citaram o descritor “educação inclusiva” também citaram “educação especial”, sendo coincidentes, e somente duas mencionaram apenas “educação especial”.

De posse do *corpus* de análise, treze dissertações, partimos para a exploração do material. Agrupamos as dissertações que fizeram referências aos descritores, realizando as inferências, os tratamentos dos resultados e as discussões.

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

Educação especial e educação inclusiva: o que dizem as dissertações?

Como *corpus* de análise para esta pesquisa perfazendo treze (13) dissertações produzidas pelo PPGE da UFT entre os anos de 2014 e 2019. A análise de conteúdo deu-se, inicialmente com a leitura e fichamento das dissertações, identificando os problemas, objetivos, metodologias, referenciais teóricos, resultados e bibliografias.

Das treze dissertações levantadas entre o período de 2014 e 2019, uma foi defendida em 2014 (turma I); duas em 2015 (turma II); duas em 2016 (turma III); duas em 2017 (turma IV); três em 2018 (turma V) e três em 2019 (turmas V e VI). Nove (9) delas são da linha de pesquisa “Currículo, formação de professores e saberes docentes” e quatro (4) pertencem à linha de pesquisa “Estado, sociedade e práticas educacionais”.

Adentramos a escrita propriamente dita das dissertações e buscando entender o objetivo geral de cada uma. É interessante perceber que o verbo mais usado nos Objetivos Gerais de cada dissertação foi “compreender”, sete (7) vezes; depois “analisar”, com três (3) ocorrências; seguido de “conhecer” com duas (2); e por último “deslindar”, citado uma vez. Apesar de a maioria dos pesquisadores tentarem compreender seu objeto de estudo, existe pouca homogeneidade quanto às temáticas propostas, muito menos no que tange às palavras-chave com destaque para: inclusão, prática docente e formação de professores, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 – Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado acadêmico) da Universidade Federal do Tocantins (2014-2019)

Título	Palavras-chave	Objetivo Geral
Desafios da inclusão na visão histórico-cultural: uma pesquisa participante	• Atividade • Inclusão • Prática docente • Sentidos e significados	Conhecer a atividade educacional docente como ação inclusiva a partir da relação teoria-prática no processo de ensino-aprendizagem de matemática, identificando significados construídos no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino fundamental

Orientação política do Plano Nacional de Educação (2014-2024): Implicações para a gestão da educação	• Plano Nacional de Educação • Gestão da Educação • Reforma do Estado • Gerencialismo	Compreender os fundamentos do processo de reforma do Estado da década de 1990 e seus desdobramentos para a gestão da educação no Brasil nos primórdios do século XXI, a partir da orientação política do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024)
Tramas e tessituras: atividade docente no ensino da matemática no contexto da deficiência visual	• Sala de recurso • Inclusão • Educação Matemática	Compreender, por meio das falas dos professores da sala de recursos, como se desenvolve a atividade do docente neste ambiente, bem como as possibilidades e enfrentamentos vivenciados durante o ensino de matemática para os alunos com especificidades visuais
Educação hospitalar: a atuação do professor no atendimento às crianças em tratamento de saúde	• Educação e Saúde • Prática docente • Formação docente • Brinquedoteca	Analisar o processo pedagógico educacional em um ambiente hospitalar público na cidade de Palmas – TO, acerca da atuação do professor, considerando-se as especificidades de crianças em tratamento de saúde
História e memória de professores: formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em Palmas/TO	• Formação no PNAIC • História e memória • Desenvolvimento profissional • Prática docente	Compreender por meio das memórias das professoras alfabetizadoras o processo de formação dos professores participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC da rede estadual de Ensino em Palmas/TO
Profissionalidade docente no contexto das especificidades do ensino da matemática: desafios e possibilidades	• Profissionalidade docente • Ensino de Matemática • Especificidades	Compreender, por meio do olhar docente, como ocorre o processo de construção da profissionalidade no ensino de matemática para estudantes da primeira fase do ensino fundamental que apresentam necessidades educacionais especiais

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

Formação de professores: um olhar inter-transdisciplinar no curso de pedagogia	• Formação de professores • Curso de Pedagogia • Interdisciplinaridade • Transdisciplinaridade	Análise do currículo e das ações pedagógicas desenvolvidas na formação inicial de professores do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Tocantinópolis, tendo por referência os fundamentos teórico-epistemológicos da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade
A pessoa com deficiência visual e o processo de aprendizagem em Matemática: caminhos e descaminhos	• Pessoa com deficiência visual • Aprendizagem • Matemática	Compreender como ocorreu o processo de aprendizagem de conteúdos matemáticos de pessoas com deficiência visual, que concluíram o ensino médio, na cidade de Palmas/Tocantins
Da flecha à caneta: escolarização indígena Mëbêngôkre Gorotire	• Mëbêngôkre Gorotire • Processo de escolarização • Educação escolar indígena • Educação indígena	Deslindar o processo de escolarização dos Mëbêngôkre Gorotire, aldeia localizada no município de Cumaru do Norte-PA
Privatizações na educação básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público	• Política Educacional • Gestão da Educação • Plano Estadual e Educação • Privatização da Educação Básica • Sistema Estadual de Ensino do Tocantins	Analisar como as parcerias público-privadas influenciaram e vêm influenciando a redefinição das políticas públicas e da gestão no Sistema de Ensino do Estado do Tocantins, a partir de sua criação em 1994
Sala de recursos multifuncionais: espaço de inclusão ou reclusão dos excluídos?	• Inclusão • Reclusão • Sala de recursos multifuncionais	Compreender como os professores, que atuam na sala de recursos, percebem esse espaço, considerando o processo de inclusão de crianças com deficiência

A diversidade sexual e de gênero nos currículos que (in)formam pedagogas(os), professores(as) de Educação Física e bacharéis em Direito na Universidade de Brasília (UNB)	• Diversidade sexual e de gênero • Currículos de cursos de graduação • Formação de professores	Compreender a (re) apresentação da diversidade sexual e de gênero nos currículos dos cursos de graduação (Pedagogia, Educação Física e Direito) da UnB
Panorama da produção científica sobre Educação Hospitalar em programas de pós-graduação no Brasil	• Educação Hospitalar • Tendências Temáticas • Aspectos metodológicos • Campos de pesquisa	Conhecer as tendências temáticas e metodológicas, bem como os principais resultados da pesquisa brasileira no contexto da Educação Hospitalar

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores. 2021.

Durante o processo, pudemos analisar como a educação especial se faz presente nas dissertações e o que elas indicam como desafios e possibilidades a serem enfrentados por aqueles que se dedicam ao processo de ensinar diante da diversidade humana. Dessa forma, perpassamos pelas pesquisas que focam na inclusão (LIMA, 2014; SOUSA, 2018), na formação de professores (ROCHA, 2016; SOUSA, 2017; SANTOS, A., 2019), em políticas públicas (FERNANDES, 2015; SANTOS, L., 2019), em matemática e especificidades (BORGES, 2015; SANTOS, 2017; TAVARES, 2018), em educação hospitalar (SOUZA, 2016; PEREIRA, 2019) e em educação indígena (FEITOSA, 2018).

Feitosa (2018) deslindou o processo de escolarização dos Mëbêngôkre Gorotire aldeia localizada no município de Cumaru do Norte, Pará. Assim como a educação indígena, a educação especial é uma das cinco modalidades de ensino que compõem a educação básica no Brasil; por sua vez, a educação especial é uma das seis modalidades que compõem o currículo da educação escolar indígena. Ela é abordada diretamente em 13 das 20 metas do PNE (2014-2024), dentre elas a educação especial. Feitosa (2018, p. 113-114) conclui:

A educação especial, no contexto da educação escolar indígena, é considerada como um grande desafio principalmente por não dispor de profissionais indígenas capacitados nessa área. É entendida como uma modalidade de ensino transversal assegurada aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação, favorecendo o direito ao desenvolvimento da aprendizagem em igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do ensino com sucesso.

Com relação à educação hospitalar, Souza (2016) faz questão de lembrar sua experiência na educação especial e completa dizendo que, partindo dos diferentes

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

contextos em que esta ocorre, optou pela educação hospitalar. Ainda justifica sua pesquisa a partir do que preconiza a Política Nacional de Educação Especial: “Ambiente hospitalar que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados que necessitam de educação especial e que estejam em tratamento hospitalar” (BRASIL, 1994, p. 20). Souza (2016) cita a LDB (1996) no título III, artigos 2º e 3º incisos I a III como um marco na inclusão da educação especial como princípio de igualdade de condições.

A pesquisadora destaca dois documentos do Ministério da Educação (MEC): um de 1994 chamado “Política Nacional da Educação Especial”, indicando o conceito de “classe hospitalar como um ambiente hospitalar que possibilita o atendimento educacional de crianças e jovens internados que necessitam de educação especial e estejam em tratamento hospitalar” (BRASIL, 1994, p. 20); e outro de 2002, intitulado “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar”, que recomenda, dentre outras coisas, que o professor atuante nos hospitais tenha uma formação diferenciada, considerando desde noções sobre doenças vivenciadas pelas crianças até a constituição de seu desenvolvimento infantil. Souza (2016) destaca o perfil desse professor descrito pelas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Ela reverbera a necessidade do professor com esse perfil no atendimento pedagógico hospitalar e utiliza da fala de Nascimento e Freitas (2010, p. 32) que afirmam a pedagogia hospitalar envolve “saberes pautados no princípio da educação inclusiva e na superação [...], pressupondo a comunicação, o diálogo e os elementos lúdicos como principais ferramentas pedagógicas”.

Também em relação à educação hospitalar, Pereira (2019) verifica a legalidade do Atendimento Educacional Especializado em Ambiente Hospitalar de acordo com o artigo 6º da Resolução nº 4 (BRASIL, 2009), que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade especial. Investigando sob o escopo do estado do conhecimento ou estado da arte a respeito da classe hospitalar no Brasil, com base nos estudos de Fonseca (2015) e Pizzani (2008), Pereira (2019) identifica que a maioria dos registros que tratam da educação especial é escrita de forma individual, impactando em impasses que dificultam, ainda que parcialmente, a produção do conhecimento na área. Em sua pesquisa, ele trabalha com conceitos de inclusão e deficiência, e suas variantes são de acordo com as estruturas sociais e culturais

envolvidas em detrimento da própria patologia. Nessa linha de pensamento, ele diz que a educação especial “se encontra historicamente em processo de disputas por concepções de inclusão no país” (PEREIRA, 2019, p. 43), e que a educação hospitalar traz como referências as estratégias, formulações e orientações da educação especial.

O pesquisador afirma que é de competência das Secretarias de Educação atender às solicitações dos hospitais quanto à demanda da classe hospitalar e que isso está ligado à falta de apoio técnico especializado e de financiamento para essa modalidade de ensino. Conclui que existe uma diversidade de programas de pós-graduação que tratam do tema educação hospitalar, pois esta está configurada como área interdisciplinar de pesquisa. Salienta ainda que há apenas um programa de pós-graduação específico na temática da educação especial, localizado na região Sudeste, na Universidade Federal de São Carlos, sendo o primeiro a ser implantado no país, em 1978, com linhas de pesquisa destinadas às demandas da inclusão e da capacitação de recursos humanos na área. Seu trabalho deixa evidente que a educação hospitalar é um campo emergente da educação especial.

No grupo da matemática e especificidades, Borges (2015) destaca o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, indicando como um dos primeiros a dispor sobre a educação especial como modalidade de ensino transversal pertencente à educação inclusiva. A autora usa a definição de sala de recurso das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e a Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação no artigo 2º para definir a função do Atendimento Educacional Especializado. Com base nas ideias de Mori e Brandão (2009) e Cerqueira e Ferreira (2010), bem como nas entrevistas de cinco docentes de duas escolas estaduais de Palmas, Borges (2015) conclui que a sala de recursos deve ser ter um espaço físico apropriado e equipado com professores especialistas em educação especial para atender às necessidades do público com deficiência. Também ressalta que no caso dos deficientes visuais os recursos didáticos são de extrema importância.

Uma trama capaz de revelar contradições entre o espaço da sala de recursos, que se efetiva nas escolas, e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Um tecer constituído por múltiplas vozes, cujos sentidos e significados são moldados por olhares específicos, porém articulados à concepção de mundo, sociedade, cultura e educação. [...] Quanto a formação, as docentes ressaltam o período da graduação bem como a busca permanente pelo aprimoramento. As professoras apontam o período da formação inicial como fase fundamental para o seu desenvolvimento profissional, considerando que as fragilidades, dessa fase, as acompanham na atuação docente. Destacam, ainda, a

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

necessidade de repensar o aprimoramento profissional, pois o consideram como uma necessidade para o avanço da educação no cenário da educação especial (BORGES, 2015, p. 75-76).

Santos (2017) destaca a matemática no contexto da educação especial, na qual deve haver a contextualização dos conteúdos. Afirmar que ser professor nessa perspectiva é um processo complexo que necessita considerar não apenas o acesso à escola, mas também ações pedagógicas com vistas à inclusão, além de reconhecer e valorizar as diferenças. Recorrendo para tanto, autores como: D'Ambrósio (2014), Drago (2013), Minayo (2009), Rolim (2008, 2010, 2017) e Vigotsky (1991, 1993, 1994, 1998, 2002, 2004). Bem como a documentos como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001), a Resolução nº 2 do CEB/CNE de 2001 artigo 3, e na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (BRASIL, 2010), e principalmente nas entrevistas com docentes a respeito da temática, Santos (2017) conclui que a educação especial se constitui em desafios e não é construída individualmente pelo professor. Defende que ela “perpassa, inclusive, o processo de formação inicial e continuada e as condições de trabalho do professor, ou seja, é uma construção desenvolvida por múltiplas vozes que em movimentos dinâmicos, constituem a profissionalidade docente” (SANTOS, 2017, p. 78). E ainda chama atenção para a necessidade de articular teoria e prática na formação inicial dos professores.

Na voz dos professores, a profissionalidade docente envolve também questões relacionadas ao funcionamento das escolas, às práticas pedagógicas, bem como às políticas públicas, abrangendo a educação especial e o ensino de matemática nos anos iniciais de modo a contemplar questões de estrutura para o ensino, o currículo, as práticas avaliativas, as condições de trabalho do professor, ou seja, é um movimento sociocultural, uma construção que tem como cenário principal a escola, mas é profundamente relacionada ao sistema político, econômico e social no qual se desenvolve (SANTOS, 2017, p. 81-82).

Nessa mesma linha de pensamento, Tavares (2018) traçou um percurso histórico da educação especial no Brasil, relatando que a primeira vez que se falou dessa temática foi na LDB nº 4.024/1961, mais precisamente no artigo 88. Na década de 1990, essa luta obteve reforços, entre os quais são citados a Política Nacional da Educação Especial Brasileira na perspectiva da Educação Inclusiva em 1994, a nova LDB nº 9394/1996, o Decreto nº 3.298/1999 Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, especialmente os artigos 24 e 25, a criação das salas de recursos, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, enfim diversos decretos, diretrizes, políticas e programas. A partir do entrecruzamento entre a

teoria e a prática demonstrada na pesquisa de campo com as entrevistas com três estudantes com deficiências visuais que concluíram o Ensino Médio no município de Palmas, revelaram-se momentos de inacessibilidade e desamparo, bem como a necessidade de utilizar recursos como o Soroban, máquina Braille e calculadora vocal. Percebeu-se também a utilização de livros didáticos com metodologias inacessíveis, provocando dificuldades de acesso ao conteúdo, cujas explicações permanecem no âmbito da visão.

Tavares (2018) conclui que apesar de todo o avanço legal, ainda existe uma distância entre o aparato jurídico e a realidade praticada, o que indica que o preconceito e a discriminação continuam presentes. Portanto, a educação especial não substitui o ensino comum e não se sustenta por meio de decretos ou diretrizes; é construção coletiva, requer mobilização, discussão e ação com envolvimento da comunidade escolar.

Santos, L. (2019) relaciona às leis dos Sistemas de Ensino Estaduais do Tocantins com a temática em estudo. Uma delas é que a Lei nº 653 de 19 de janeiro de 1994 “não dispunha sobre a possibilidade de parcerias entre o Poder público e a iniciativa privada no tocante à Educação Especial” (SANTOS, L. 2019, p. 65).

Por outro lado, constatamos que os artigos 54 da Lei de 198 (TOCANTINS, 1998); 66 da Lei de 2002 (TOCANTINS, 2002) e 50 da Lei de 200 (TOCANTINS, 2009) davam abertura à possibilidade de instituições privadas receberem recursos e apoio técnico da esfera pública, visando à manutenção e desenvolvimento da Educação Especial no Estado, desde que atendessem aos critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação quanto à caracterização das instituições especializadas sem fins lucrativos e com atuação exclusiva em educação especial (SANTOS, L., 2019, p. 65-66).

E conclui que, dentre os treze objetivos do Plano (TOCANTINS, 2007), cinco (4.3.5; 4.3.6; 4.3.8; 4.3.10 e 4.3.12) reforçam a parceria público/privada, tendo em vista a manutenção e o desenvolvimento da educação especial no Estado do Tocantins.

Ao falar do Plano Nacional de Educação (2014-2024), Fernandes (2015) ressalta que o artigo 5, no parágrafo 4º, “explicita a composição do investimento público em educação a que se referem o inciso VI do artigo 214 da Constituição Federal, e a meta 20 (vinte) dessa lei, que trata do financiamento de creches, pré-escolas e da educação especial na forma do artigo 213 da Constituição Federal. Nesse Plano, foi determinado no artigo 8, 1º parágrafo e inciso III: “garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades”

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

(BRASIL, 2014, Parágrafo 1º, Art. 8º). Na meta 4, propõe-se a universalização da educação especial:

[...] para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Fernandes (2015) explica ainda que, para fins de repasse do FUNDEB, são contabilizados os estudantes da educação regular matriculados na rede pública de ensino que recebem o atendimento especializado, igualmente os matriculados “na Educação Especial oferecidas em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade” (FERNANDES, 2015, p. 66).

No grupo de formação de professores, Santos, A. (2019) constata que na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, a educação especial está presente em algumas disciplinas optativas, como por exemplo: Tópicos Especiais em Educação Especial; Educação Especial 1; Tecnologias na Educação Especial e Inclusiva e Seminário de Educação Inclusiva. Ele ainda menciona que, nos dois Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (2003), existem dois eixos relacionados à temática em estudo: Educação inclusiva e não sexista; e Educação inclusiva não sexista, não racista, não homofóbica e não lesbofóbica.

Souza (2017) destaca o parecer CNE/CP 2/2015 em 9 de junho de 2015, bem como a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que em seu artigo 3 mostra a destinação de formação inicial e continuada que dentre outras modalidades reitera a educação especial. Sua pesquisa mostra que o PPP do curso de pedagogia da UFT, *campus* de Tocantinópolis, apresenta como disciplina de temas emergentes e diversos a educação especial; sendo assim, ela está presente na grade curricular do 9º período do curso com carga horária de 60 horas no núcleo II de aprofundamento (b) dimensão de diversificação de estudos/componentes curriculares.

Segundo Rocha (2016), na formação sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em 2013, foram entregues aos professores alfabetizadores um kit de formação constituído de 35 cadernos na área de linguagens, educação do campo e

educação inclusiva. Embora a Matemática fosse o aspecto central da formação em 2014, um dos treze cadernos fornecidos tratavam de educação especial. Ela conclui que a formação do PNAIC, através das vozes dos professores entrevistados, aborda a educação especial, “uma vez que o contexto da sala de aula hoje exige dos professores domínio de diversas áreas do conhecimento” (ROCHA, 2016, p. 102). De acordo com Wu e Ivanovich (2017, p. 358) “o professor é vítima de tal processo [...]. A formação de professores para o trabalho com as diferentes necessidades dos estudantes é evocada tanto em relação à formação inicial, como na formação continuada”.

No quesito inclusão Sousa (2018) faz uma retomada histórica e legal da Educação Especial no Brasil, começando pelo Centro Nacional de Educação Especial (CENESP,) criado durante o período da ditadura militar pelo Decreto nº 7242/1973. Destaca também a Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994, passando pela LDB nº 9394/96 em seu capítulo V, reservado à temática, especificamente no artigo 58, e também o Decreto nº 6.253/07 no artigo 9 parágrafo 2º, finalizando com o Decreto nº 4 de 2009, que trata das diretrizes operacionais para o atendimento educacional especial na Educação Básica modalidade ensino especial, especialmente no artigo 3: “A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional” (p. 25). Sousa (2018) conclui que as salas de recursos multifuncionais têm sido um dos programas mais importantes da atual política de Educação Especial, sendo que um de seus objetivos é apoiar a organização da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e assegurar o acesso à educação especial. As “salas de recursos multifuncionais são espaços que devem ser frequentados por alunos que tenham algum tipo de grau de deficiência, transtornos globais (TGD) ou altas habilidades/superdotação” (SOUSA, 2018, p. 29). Através das entrevistas com docentes que trabalham em Salas de Recursos Multifuncionais, evidenciou-se a necessidade de mais formação continuada.

Lima (2014) discute o processo histórico da educação especial, aborda a política pública e as lutas da sociedade por mudanças. Evidenciou a necessidade de estudos acerca da educação especial no âmbito escolar, recorrendo para isso a autores como Januzzi (2006); Lanna Júnior (2010); Rodrigues (2006); Batista *et al* (2008), Gil (2002), Leontiev (1978, 2005 e 2012) e Vigotsky (1997).

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

Apresentando todas as leis, decretos e programas já citados anteriormente, Lima (2014) constata que o início do século XX marca forte articulação social e mudanças relevantes na EE com reivindicações por igualdades e superação das discriminações no que tange à educação especial. Lima (2014) também trabalha os conceitos de necessidades especiais, inclusão e colaboração, chegando à seguinte conclusão:

A educação especial, por meio de documentos legais, firma-se como proposta educativa inclusiva. No entanto, no que se refere à sua efetivação na prática pedagógica, apresenta-se ainda de forma desafiadora. O desafio de incluir pessoas com NEE, no sistema regular, consiste principalmente em alinhar o sistema da educação geral à educação especial, destacando entre outras necessidades a de reestruturação curricular, tanto da educação básica para atender a todos os educandos, quanto da educação superior, para implementar mudanças na formação inicial, e, dessa forma, preparar os docentes para ação educacional. Do ponto de vista legal, a educação especial na perspectiva de educação inclusiva está respaldada por documentos e leis, [. . .] no entanto, a prática educativa no que se refere à articulação no âmbito escolar, necessita de ajustes urgentes. Dentre tantos, citamos a formação dos profissionais da educação, reestruturação dos tempos e espaços pedagógicos, garantia de recursos didáticos e tecnológicos, profissionais capacitados formando uma rede de colaboração e de apoio ao docente, revisão de número de alunos por sala e ampliação do tempo de planejamento para os docentes (LIMA, 2014, p. 91).

Considerações finais

Ao buscar responder o objetivo do estudo, entendemos que a educação especial na perspectiva inclusiva está representada em pouco mais de 18% das dissertações do PPGE da UFT *campus* Palmas, sendo treze dissertações das quais abordam temas heterogêneos, mas que permitiram tê-las agrupadas em inclusão, formação de professores, políticas públicas, matemática e especificidades, em educação hospitalar e em educação indígena.

De maneira geral, as dissertações indicaram preocupação em mostrar que existem leis que amparam a educação especial na perspectiva inclusiva, mas destacaram também a contradição do processo revelando que essas leis são negadas ou negligenciadas por parte do poder público.

As pesquisas revelam que a maioria dos professores entrevistados reclama da falta de formação inicial e continuada sobre educação especial, bem como melhores condições de trabalho, recursos didáticos, tecnológicos e profissionais com perfil para trabalhar a diversidade humana. Duas das dissertações teceram comentários específicos sobre as salas de recursos multifuncionais: Borges (2015) e Sousa (2018) verificaram a necessidade de

espaços físicos e equipamentos apropriados e professores qualificados em educação especial. A necessidade de articular teoria e prática foi sentida de maneira particular na pesquisa de Santos (2017); complementando, Tavares (2018) diz que apesar de todo o avanço legal ainda existe uma distância entre teoria e prática, fazendo lembrar do preconceito e da discriminação que envolvem a temática. Santos, A. (2019) e Souza (2017) salientam a presença da educação especial como disciplina na Universidade de Brasília, no curso de Educação Física, e na Universidade Federal do Tocantins, no curso de Pedagogia no campus de Tocantinópolis.

Outro aspecto identificado consiste na ausência da “educação especial” nas palavras-chave, fato que pode prejudicar a divulgação dos trabalhos em ferramentas de buscas e publicização dos achados das pesquisas do programa.

No decorrer do processo de mapeamento pode-se identificar a presença da educação especial nas dissertações apresentadas, bem como os desafios e as possibilidades indicadas pelos pesquisadores, fato que colabora para evidenciar a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas em prol de fomentar novas discussões e reflexões no processo de se construir uma educação pautada na diversidade humana.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORGES, Nádia Flausino Vieira. **Tramas e tessituras**: atividade docente no ensino de matemática no contexto da deficiência visual. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. Brasília, DF, 1994. 66p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. **Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União**. Recuperado: 20 out. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-022/2020/decreto/D10502.htm>. Acesso em: 21 fev. 2021.

FEITOSA, Leni Barbosa. **Da flecha à caneta: escolarização indígena mênêngôre gorotire**. 2018. 2442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

FERNANDES, Katya Lacerda. **Orientação política do Plano Nacional de Educação (2014-2024): implicações para a gestão da educação**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3131/313127410002>>. Acesso em: 03 out. 2020.

LIMA, Simone Maria Alves de. **Desafios da inclusão na visão histórico-cultural: uma pesquisa participante**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2014.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento e questões do campo científico. In: **Revista do Centro de Educação UFSM**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

PEREIRA, Roger Trindade. **Panorama da produção científica sobre educação hospitalar em programas de pós-graduação no Brasil**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

ROCHA, Sádía Maria Soares Azevedo. **História e memória de professores: formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, em Palmas/TO**. 2016 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

SANTOS, Ana Lúcia Abreu Belloni dos. **Profissionalidade docente no contexto das especificidades do ensino de matemática: desafios e possibilidades.** 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

SANTOS, Anderson Neves dos. **A diversidade sexual e de gênero nos currículos que (in) formam pedagogas (os), professores (as) de educação física e bacharéis em direito na universidade de Brasília (UnB).** 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SANTOS, Leonardo Victor dos. **Privatizações na educação básica no Tocantins: parcerias público-privadas x regime de colaboração público-público.** 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (orgs.). **A bússula do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, maio 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 06 out. 2020.

SOUSA, Juliane Gomes de. **Formação de professores: um olhar inter-transdisciplinar no curso de pedagogia.** 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

SOUSA, Lucas Leal Lima de. **Sala de recursos multifuncionais: espaço de inclusão ou reclusão dos excluídos?** 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

SOUZA, Zilmene Santana. **Educação hospitalar: a atuação do professor no atendimento às crianças em tratamento de saúde.** 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

TAVARES, Euler Rui Barbosa. **A pessoa com deficiência visual e o processo de aprendizagem em matemática: caminhos e descaminhos.** 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

Educação especial: um estado do conhecimento das dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Tocantins/Palmas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Programa de Pós-Graduação em Educação – Campus Palmas. 2013. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ciamb/programas-de-pos-graduacao/10712-ppge>>. Acesso em: 03 out. 2020.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

WUO, Andrea Soares; IVANOVICH, Ana Carolina Friggi. Educação inclusiva e diferença: um estudo sobre a produção do conhecimento na área. **Revista Cocar**, v. 11, n. 22, jul-dez, 2017, p. 347-373.

Sobre os autores

Braynna Aretusa Fonseca da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação Matemática e Física pela Faculdade Católica de Anápolis. Especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania pela UFG. Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Católica de Anápolis. Licenciatura em Matemática pela UEG. E-mail: braynna@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8992-9577>

Jonathas Alencar Marques

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Tocantins e graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Goiás. E-mail: jonathas.alencar@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2747-2484>

Carmem Lucia Artioli Rolim

Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: carmem.rolim@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4045-7964>.

Recebido em: 13/04/2021

Aceito para publicação em: 20/06/2021